

# Parâmetros novos para negociar dívida externa

por Fernando Dantas  
do Rio

O ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, relançou ontem a idéia da elaboração de um "plano de consistência macroeconômico" para viabilizar a negociação da dívida externa, durante o Fórum Nacional, na sede do BNDES, no Rio. O "plano de consistência" já foi tentado por Luiz Carlos Bresser Pereira durante sua gestão no Ministério da Fazenda, tendo Bracher como presidente do BC.

O plano, a ser apresentado aos credores, fixaria uma percentagem dos juros da dívida externa a ser paga, que seria condizente com metas definidas de crescimento, inflação, déficit público e outras variáveis importantes da economia brasileira.

Um dos pontos principais da negociação encaminhada através do plano de consistência, segundo Bracher, é que suas metas seriam efetivamente cumpridas. Ele lembrou que o Brasil está vivendo o seu nono ano de experiência com a negociação da dívida externa, e até agora o País nunca cumpriu os compromissos assumidos em nenhuma das etapas desse processo.

A reação dos governos dos países credores a essa

situação, para Bracher, foi a de assumir a responsabilidade apenas em relação aos seus próprios sistemas financeiros, estimulando a formação de reservas protectionistas por parte de seus bancos.

Assim ele acha que cabe ao Brasil a tarefa de tomar a iniciativa de regularização do seu relacionamento com a comunidade financeira internacional. Ele acha que esse passo é um consenso nacional, já que, a seu ver, nenhum candidato a presidente pregou o repúdio total da dívida externa.

Para Bracher, o plano de consistência macroeconômica apresentaria aos credores uma possibilidade de negociação bem mais vantajosa do que a situação atual, em que eles vêem os títulos da dívida brasileira sendo cotados a pouco mais de 20% do seu valor de face. Mesmo não incluindo o pagamento integral do serviço da dívida, essa negociação representaria para os bancos, segundo Bracher, a chance de ver seus créditos junto ao Brasil revalorizados. Isso porque o crescimento econômico, contido no plano de consistência, viabilizaria pela primeira vez o cumprimento efetivo e constante dos compromissos assumidos pelo País.